

Artigo:

O direito de não esquecer: a contribuição da memória coletiva para o reconhecimento da identidade escolar

The right not to forget: the contribution of collective memory to the recognition of school identity

El derecho a no olvidar: el aporte de la memoria colectiva al reconocimiento de la identidad escolar



GOMES, G. S.

Guilherme Santos Gomes

Bacharel em Arquivologia (UNIRIO), licenciado em Geografia (Unicesumar), especialista em Gestão Escolar (FAVENI), mestre em Educação, Cultura e Comunicação (UERJ) e doutorando em Bens Culturais e Projetos Sociais (CPDOC-FGV). Contato: g.gomes@rioeduca.net

Resumo

Este artigo é um recorte do trabalho de conclusão de curso do autor apresentado na graduação de Arquivologia, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Tem como objetivo estudar os conceitos de memória coletiva, cultura escolar e identidade escolar na prática pedagógica diante do caso de resistência da Escola Municipal Friedenreich, no bairro do Maracanã, Rio de Janeiro/RJ. Cabe salientar que a referida unidade de ensino foi ameaçada de demolição no contexto dos megaeventos da cidade – Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos e Paralímpicos a fim de satisfazer supostas exigências dos organismos internacionais – Federação Internacional de Futebol e Comitê Olímpico Internacional, entre os anos de 2009 e 2013. Para desenvolver o trabalho, optou-se pelo levantamento bibliográfico, principalmente sobre os conceitos de memória e identidade social de Pollak, lugar de memórias de Nora, memória coletiva de Halbwachs e memória institucional de Thiesen. A partir da análise deste material, percebe-se que a escola se tornou referência pela sua atuação política contra um sistema que valoriza o lucro em desfavor de uma educação pública de qualidade. Conclui-se também que a memória, a cultura e a identidade coletiva do lugar foram afetados diretamente a partir do processo de resistência institucional e que a manutenção desta coletividade irá depender da articulação política da própria comunidade escolar.

Palavras-Chave: Memória Coletiva. Identidade Escolar. Escola Municipal Friedenreich.

Ets Educare

Revista de Educação e Ensino
Educare et Sabere, Curitiba, Brasil
e-ISSN: 2965-4165
Periodicidade: Fluxo Contínuo
n.2, v.2, 2024

URL: <https://esabere.com/index.php/educare>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons 4.0 Internacional
Copyright (c) do(s) Autor(es)

GOMES, G. S.. O direito de não esquecer: a contribuição da memória coletiva para o reconhecimento da identidade escolar. **Ets Educare** – Revista de Educação e Ensino, Curitiba, n.2, v.2, p.56-71, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10703127>

Abstract

This article is an excerpt from the author's course completion work presented during the Archival Studies degree at the Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). It aims to study the concepts of collective memory, school culture and school identity in pedagogical practice in the case of resistance at the Friedenreich Municipal School, in the Maracanã neighborhood, Rio de Janeiro/RJ. It is worth noting that the aforementioned teaching unit was threatened with demolition in the context of the city's mega events - the Football World Cup and the Olympic and Paralympic Games in order to satisfy supposed demands from international organizations - the International Football Federation and the International Olympic Committee, among the years 2009 and 2013. To develop the work, we opted for a bibliographic survey, mainly on Pollak's concepts of memory and social identity, Nora's place of memories, Halbwachs' collective memory and Thiesen's institutional memory. From the analysis of this material, it is clear that the school has become a reference for its political action against a system that values profit to the detriment of quality public education. It is also concluded that the memory, culture and collective identity of the place were directly affected by the process of institutional resistance and that the maintenance of this collectivity will depend on the political articulation of the school community itself.

Keywords: Collective Memory. School Identity. Friedenreich Municipal School.

Resumen

Este artículo es un extracto del trabajo de fin de curso del autor presentado durante la carrera de Archivística en la Universidad Federal del Estado de Río de Janeiro (UNIRIO). Tiene como objetivo estudiar los conceptos de memoria colectiva, cultura escolar e identidad escolar en la práctica pedagógica en el caso de la resistencia en la Escuela Municipal Friedenreich, en el barrio de Maracanã, Río de Janeiro/RJ. Cabe señalar que la mencionada unidad didáctica fue amenazada de demolición en el contexto de los megaeventos de la ciudad -la Copa Mundial de Fútbol y los Juegos Olímpicos y Paralímpicos- para satisfacer supuestas demandas de organizaciones internacionales -la Federación Internacional de Fútbol y la Olimpiada Internacional Comité, entre los años 2009 y 2013. Para desarrollar el trabajo se optó por un levantamiento bibliográfico, principalmente sobre los conceptos de memoria e identidad social de Pollak, el lugar de las memorias de Nora, la memoria colectiva de Halbwachs y la memoria institucional de Thiesen. Del análisis de este material se desprende que la escuela se ha convertido en un referente por su acción política contra un sistema que valora el lucro en detrimento de la educación pública de calidad. También se concluye que la memoria, cultura e identidad colectiva del lugar se vieron directamente afectadas por el proceso de resistencia institucional y que el mantenimiento de esta colectividad dependerá de la articulación política de la propia comunidad escolar.

Palabras-clave: Memoria colectiva. Identidad escolar. Escuela Municipal Friedenreich.

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Friedenreich fora inaugurada em 28 de setembro de 1965. É tombada em âmbito municipal pela Lei 5638 de 06 de dezembro de 2013 (Rio de Janeiro (RJ), 2013). A escola está situada na Avenida Maracanã, 350, no entorno do Complexo Esportivo do Maracanã, Rio de Janeiro.

Até o ano de 1999, a unidade escolar atendia a Educação Infantil (pré-escola) ao 9º ano do Ensino Fundamental (antiga 8ª série). A partir de 2000, passou a acomodar em dois turnos da Educação Infantil (pré-escola) ao 5º ano do Ensino Fundamental. Atualmente, além da quadra de esportes coberta, secretaria, refeitório e sala dos professores, a escola possui 10 salas de aula, incluindo sala de leitura, informática e sala de recursos.

Este trabalho é um recorte da monografia de conclusão do curso de Arquivologia do autor (Gomes, 2019), que investigou os registros do processo de luta para a permanência da Escola Municipal Friedenreich em seu lugar de origem, delimitado entre 2009 e 2013. Este foi um período de grande materialidade na formação dos envolvidos no processo de cidadania. Procura-se contextualizar o processo ocorrido, no qual havia o interesse por parte dos governos estadual e municipal do Rio de Janeiro e de empresas consorciadas na demolição da escola. A partir do entendimento desse processo, é possível demonstrar como este período contribuiu para a formação crítica dos atores envolvidos através da importância na participação de cada membro da sociedade.

Em 2007, após a confirmação em que o Brasil iria sediar a Copa do Mundo de 2014, começaram as especulações a respeito de sua demolição, pois se tratava de um espaço estrategicamente interessante para a realização de obras voltadas para esse evento mundial. Em 2009, o governo do estado divulgou que a unidade escolar seria demolida e que não havia previsão de realocação da escola. Foi assim que começaram as movimentações dos educadores e responsáveis pela luta da permanência da Friedenreich no Maracanã.

Assim, pretende-se direcionar este artigo para além do processo de ameaça de demolição desta instituição, no qual proporcionou uma produção de memórias em uma

coletividade, principalmente nos atores que possuem alguma relação com a Friedenreich.

Nos debruçamos nas seguintes perguntas: Como os registros escolares podem contribuir para a manutenção de um senso de identidade e coletividade? Compreendendo a identidade da instituição como um processo dialético, no qual é possível verificar que, por meio dos diversos atores envolvidos no processo educativo, há a resignificação de sua existência.

De fato, a experiência de quem lutou naquele momento é única, entretanto os registros documentais possuem fundamental importância para contribuir com planejamento pedagógico a fim de proporcionar aos atuais estudantes a sensação de fazer parte de um relevante processo social.

Coloca-se em debate vários fatores para esta articulação, como próprio prédio como um lugar de memórias, guardando e produzindo vivências imensuráveis para cada membro do corpo escolar. Ali há uma relação íntima com o passado e a produção de pertencimento único, como afirma Mogarro (2005, p. 91): “A instituição escolar constitui o universo de uma cultura própria e sedimentada historicamente, sendo também a produtora dos traços/ documentos dessa cultura.”

Assim, compreendendo que todas as ações envolvidas no contexto culminaram na permanência do prédio em seu local de origem, proporcionando a materialidade de uma ação pedagógica, refletindo diretamente na prática social dos indivíduos.

Todavia, para que efetivamente esta identidade pela comunidade escolar seja incorporada, a construção histórica deverá ser trabalhada de forma efetiva, levando em consideração a análise e a associação dos processos de forma lógica para se chegar à realidade.

Para a compreensão da palavra “lugar”, utiliza-se também neste artigo as contribuições da Geografia: a Geografia da Percepção surge para entender o lugar como elemento na formação do indivíduo. É naquele ambiente que estão guardadas as lembranças e sentido na memória mais específica do homem. Reflexões que remetem a uma construção ao longo de sua história, carregada de vivências, experiências e emoções. Uma determinada paisagem fornece infinitas impressões para as pessoas que

ali estão, sendo boas ou ruins, possuem de qualquer forma, lembranças que ajudam a formar diversas sensações que atuarão diretamente no indivíduo. Portanto, a Geografia Humanística possui um papel fundamental para o entendimento que cada ser humano constrói sua relação de forma singular com o lugar (Tuan, 1983).

A metodologia desenvolvida levou em conta a pesquisa bibliográfica, onde foram consultadas notícias (impressa e online), incluindo material audiovisual. Foram consideradas publicações acadêmicas que estudaram o processo e mobilização dos movimentos sociais que lutavam contra as diversas modificações, principalmente obras faraônicas e demolições que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro como justificativas para a realização da Copa do Mundo de futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

OS ENTRELAÇAMENTOS ENTRE MEMÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE

Maurice Halbwachs, em sua obra “A memória coletiva” (2006), apresenta a distinção de duas memórias: a coletiva e a individual. A coletiva é definida a partir do momento em que as lembranças são arranjadas através de grupos, não importando seu tamanho, armazenando de forma parcial suas referências. Já a individual, refere-se à conservação de elementos singulares, pessoais, que se relacionam através de pensamentos com um ponto de vista.

Pensando que os documentos estão carregados de memórias individuais e coletivas, e que contribuem para um sentimento de pertencimento dos sujeitos, Bonato destaca Medeiros:

Ali, nos documentos, estão memórias individual e coletiva da educação. Não toda, é claro. Mas também não só memória, mas memórias: Memória do papel. Memória da tinta. Memória da letra. Memória da pena. Que tinta é aquela? Por certo uma daquelas obtidas com receita, que passou de professor a professor, ou de pai a pai, de aluno a aluno, antes da disseminação da tinta industrial (Medeiros, 2003, apud Bonato, 2005, p. 199).

Em razão disso, Halbwachs (2006) afirma que as impressões não acontecem somente baseadas em nossas lembranças, elas não estão isoladas, são fortalecidas

também pelas recordações de outros, fazendo que a experiência realizada por um, seja recomeçada por muitos. Ressalta ainda que a memória individual, se suprimida totalmente, não seria possível encontrar pontos em comum na memória dos outros. Nesse sentido, o processo de reconstrução ficaria prejudicado no instante do despertar da lembrança. Sua reconstrução somente é possível a partir de uma base comum: a memória individual necessita das contribuições da memória coletiva. “Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” (Halbwachs, 2006, p. 72).

Pollak, no ensaio intitulado Memória e identidade social (1992), apresenta dois elementos constitutivos da memória: os acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos vividos por tabela, sendo o último fazendo-se presente pelos acontecimentos vividos pela coletividade ou grupo. Mesmo após as ameaças de demolição da escola (ocorrido entre 2007 e 2013) e a luta pela sua permanência, a comunidade escolar foi renovada. Atualmente, a maioria das crianças que frequentam aquele local nasceram no período em que outros alunos estavam envolvidos no processo. Para relembrar o fato, é necessário que os atuais estudantes sejam remetidos às memórias de outros ou através notícias passadas até mesmo como únicas fontes sobre a questão. Assim, mesmo não participando diretamente de determinado evento, a partir dos acontecimentos vividos por tabela, é possível afirmar que isso não os coloca de nenhuma forma menos incluídos no ambiente, pois eles representam a materialidade dos feitos passados e que agora vivenciam a atual realidade.

Em um ambiente escolar, é comum ouvir de avós, pais e filhos lembranças que remetem gerações. É possível observar casos em que famílias se renovam naquele ambiente no qual os atuais estudantes compartilham as lembranças de seus parentes que já frequentaram aquele local. Nesse sentido, o estudo e o reconhecimento da memória como parte efetiva na formação da identidade de determinada instituição é fundamental.

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que **podemos falar numa memória quase que herdada** (Pollak, 1992, p. 201, grifo nosso).

A criança forma sua nova escola através de uma série de testemunhos que são construídos por seus familiares. Caso não sejam ex-alunos, eles provavelmente já conheceram a unidade escolar e obtiveram percepções que serão sistematizadas em sua consciência e posteriormente repassadas ao novo aluno. “A memória mobilizada para reformular ou reafirmar uma identidade pressupõe a memória familiar, pois envolve o trabalho memorial de organização e releitura do passado compartilhado pela família” (Souza, 2014, p. 113).

Cada unidade escolar é um “lugar de memórias” e, conforme afirma Nora (1993), já que eles não são espontâneos, é necessário a criação de registros, arquivos, celebrações e aniversários, com a finalidade de preservar sentidos e sentimentos que são compartilhados pelos membros que frequentam aquela local. O espaço físico necessita ancorar a formação de algum tipo de memória, mesmo que residual, fornecendo possibilidades de identificação do sujeito.

O processo para a compreensão da escola como única pelo aluno não é artificial, surge como parte de uma construção orgânica e dependente de diversas experiências que serão vividas e sentidas de forma singular. Para Thiesen (2013, p. 33) “a memória é uma construção social e não um reservatório de dados”. Não há receita para a construção de sensações que somente irão surgir no decorrer de uma jornada única.

Mesmo concluindo o período de seus estudos, é possível ainda a sensação de pertencimento daquele grupo, pois suas memórias ainda estão ativas e ainda recebem influências. A não demolição da E. M. Friedenreich permite que estas memórias (que alcançam milhares de pessoas) não acabem, mas se façam presentes em suas vidas. Inclusive, Pollak (1992) ao abordar que, além das flutuações que as memórias individuais ou coletivas proporcionam, há marcos ou pontos que são imutáveis e não variam. Como algumas características que possuem marcas exclusivas.

É como se, numa vida individual – mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente – houvesse elementos irreduzíveis, em que **o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças**. Em certo sentido, determinado número de elementos torna-se realidade, parte a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala (Pollak, 1992, p. 201, grifo nosso).

Pensando na seletividade da memória, para Pollak (1992, p. 203-204) “a memória é seletiva. Nem tudo fica registrado [...] a memória é um fenômeno construído”. Para o autor, essa construção pode ser consciente ou inconsciente a partir de um arranjo. Rememorar não significa que o passado será totalmente lembrado, as possibilidades de distinção são grandes. A ressignificação das memórias depende do presente, pois está relacionada ao contexto em que este processo é usado, pois o sujeito transforma-se. Assim “a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada” (Halbwachs, 2006, p. 91).

A cada instante em que determinada memória é colocada em questão, pode ser interpretada de diferentes formas. Elas são ligadas ao tempo atual e não ao passado, já que são apropriadas, reescritas e redirecionadas. As progressivas reavaliações da memória é parte de um processo natural, levando em consideração os esquecimentos e lapsos. Para Le Goff:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas (1990, apud Pessoa, 2014, p. 45).

O trabalho pedagógico, quando iniciado, deverá levar em consideração a construção da escola como um lugar de memória, relacionando-a também de forma histórica com os dias atuais. Para Araújo e Parreiras (2009), os Parâmetros Curriculares Nacionais já preveem a educação patrimonial visando a ampliação da compreensão do

aluno ao seu redor, respeitando as relações passadas e presentes. Buscar a (re)significação para os que compõem todo corpo da instituição requer um trabalho epistemologicamente aprofundado, nos quais os fatos não se explicam por si mesmos, mas como consequências de uma estrutura geral. O mesmo, ao ser desvendado, objetiva o reconhecimento dos participantes como seres ativos neste processo.

Entendendo a cidade como uma construção contínua, percebe-se, também, a busca incansável pelo reconhecimento do prédio da E. M. Friedenreich como um patrimônio com o objetivo de fornecer sentido aos futuros sujeitos escolares que, através do processo de renovação histórica, reconhecerão os tempos daquele espaço. As autoras ainda afirmam que

O trabalho com a memória requer um envolvimento e um significado para os sujeitos envolvidos. Logo, as atividades propostas deviam trazer elementos que os participantes reconhecessem; eles tinham de se conhecer como sujeitos desses processos de ensino-aprendizagem. A escola e o bairro onde está se situava eram os pontos iniciais para o estudo (Araújo e Parreiras 2009, p. 143).

História e memória não são sinônimas. Para Halbwachs (2006), a história é a seleção de fatos que alcançaram maior destaque na memória dos homens, sendo sistematizados e orientados através de autores que levarão suas obras para satisfazer necessidades a interessados em difundir aquela visão. Já a memória está conservada através de lembranças que remetem a um passado não metódico e sem fronteiras, é viva e dinâmica, sendo vinculada a culturas, dependente de sujeitos ou grupo para testemunhá-las. Assim, “a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” (Halbwachs, 2006, p. 100-101).

Para Nora (1993) os lugares de memória são primeiramente um combinado de história e memória, pois não é possível somente memória quando necessita-se identificar os acontecimentos que levem ao passado. “Na mistura, é a memória que dita e a história que escreve” (Nora, 1993, p. 24). A memória trabalha com o passado que dialoga intimamente com cada sujeito ou grupo, tornando-se a ligação entre o pretérito e

o presente através da lembrança e do esquecimento. Seu principal aspecto é ser plural. Já a história pertence a um ou poucos, pois constrói-se a partir de um olhar dominante que seleciona os fatos, pertencendo à uma sociedade industrial respaldada pelos métodos científicos. “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado” (Nora, 1993, p. 9).

Sabendo que história e memórias possuem suas seletividades, o trabalho de guarda e conservação dos registros documentais dos processos que vinculam organicamente a construção do passado da escola, deverão ser observados a partir do poder de uma narrativa. O estado não se encarregará de lembrar um passado em que a disputa de poderes desejava a demolição de uma unidade escolar e que os mesmos agentes que o representavam encontram-se condenados por diversas ilegalidades. As instituições que se colocaram no caminho frente às imposições do capital deverão garantir que estas narrativas sejam frequentemente lembradas e disponíveis para a sociedade, pois são lugares de memória.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversário, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notarias atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. **Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria** (Nora, 1993, p. 13, grifo nosso).

Dessa maneira, a memória é utilizada como o caminho para a construção do significado de identidade. Pollak apresenta o sentido da identidade para determinada pessoa como “a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para creditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (1992, p. 204). Nesse sentido, vinculando a identidade ligada intimamente à memória, a primeira necessita recorrer ao passado por meio da segunda, pautando-se através de um discurso que objetiva alcançar uma materialidade. É assim que se constitui a identidade, buscando na memória sua construção.

Sobre as mutações que a identidade está sujeita, Gomes retrata a não fixidez identitária, justamente por suas incontáveis vinculações.

É interessante pensar que a identidade está vinculada ao nosso conjunto de ações. A identidade mais visível em nós é aquela que domina nosso modo de agir no mundo. Porém, isso não quer dizer, que nossas ações mundanas serão sempre as mesmas ou que este conjunto de ações não seja mutável. Ao contrário, quando o assunto é identidade, a certeza que temos a priori é que esta nunca será fixa. E isso se dá por um emaranhado de questões. Somos sujeitos da aprendizagem, e enquanto tal, circulamos em diversos espaços, com pessoas diferentes, com novas ideias, o que, provavelmente, pode nos levar a uma mudança de concepção. Estou tratando aqui, das identidades pessoais, mas não posso me esquecer, que as identidades sociais também sofrem mutações, porém num ritmo mais lento, como é o caso, por exemplo, das mudanças econômicas, políticas, que não só geram interferências como também constroem as identidades dos sujeitos (2013, p. 171-172).

Stuart Hall percebe o sujeito como não possuidor de uma identidade fixa ou permanente (2006), constata-se, assim, que a sustentação da identidade se renova graças às práticas que se comunicam ao longo da história através de novas formas de saberes e fazeres que se materializam no cotidiano. Desta forma, o mesmo autor chega à afirmativa de que a identidade é “definida historicamente, e não biologicamente” (2006, p. 13).

No mesmo sentido, Souza apresenta a identidade sujeita a reavaliações que atuam dialeticamente com o sujeito, afirmando que “todo ato memorial apresenta intenções identitárias” (2014, p. 109).

Cabe salientar que a identidade, ainda que respeitando seu caráter histórico-temporal, encontra-se unida à contextualização com o presente como parte de um organismo dialético. Pollak ratifica que

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução em si. (1992, p. 204).

A instituição também possui a sua identidade e, para apresentá-la, necessita rever o passado através de um discurso. Narrar-se é um mecanismo para o registro e o compartilhamento de lembranças que são colocados no presente discricionariamente para conferir sentidos e reconhecimentos. Transmitir essas narrativas para os sujeitos é fundamental para o despertar de sentimentos que vinculem o homem àquele lugar, criando uma construção identitária.

O estabelecimento de festividades que visem a singularidade daquele lugar também é um mecanismo de fortalecimento identitário. Essa política intenciona a comunicação, implementando um momento de exposição dos feitos coletivos a fim de se legitimar. O estreitamento de relações é uma consequência deste processo, colocando a importância dos atuais membros para que sejam os novos protagonistas de futuras conquistas. Assim, conforme Gomes (2013), o relacionamento entre identidade coletiva e identidade individual torna-se dialético, promovendo assunção de novas práticas.

No caso da E. M. Friedenreich, a necessidade de colocar ainda mais em evidência suas relações identitárias foi um processo necessário visando o fortalecimento de vínculos e aproximação entre instituição e sociedade.

Sobre o compromisso social das organizações, Pessoa diz que

As organizações precisam manter uma relação com o passado, a fim de identificarem os aspectos relevantes de sua trajetória, uma vez que esses carregam influências e consequências no presente e no futuro das organizações. Mais do que isso, significa enfocar a missão, lendas e mitos, heróis, documentos, fotografias e materiais simbólicos que constituem a dimensão cultural inerente à trajetória da organização. Trata-se de um compromisso social: a responsabilidade histórica (2014, p. 51).

A memória pode ser utilizada como ferramenta revolucionária ou reacionária, dependendo de sua apresentação e interpretação. Selecionar o passado a fim de fornecer mecanismos para uma identidade, parte de uma política orientada e pensada a partir do desafio entre poderes, os quais irão decidir o que será registrado e direcionado para futuras lembranças, pois agora elas tornam-se fundamentais.

Entendemos que a escola é uma criação do Estado e por isso há o respeito de uma hierarquia, uma estrutura orgânica e um poder político que a submetem às diversas fiscalizações quanto ao cumprimento e reprodução das diretrizes estabelecidas por leis. Todavia, há em cada instituição sua especificidade construída em uma relação próxima e íntima com a comunidade escolar. Essa é que proporcionará o sentido de a instituição tornar-se coletiva e pertencente às especificidades daquela região. Sua natureza jamais poderá ser individual a partir do momento em que se pensa como um espaço democrático e dialético. É nesse sentido que surgem os conflitos de poder e resistências, pois há diferentes interesses entre governantes e os desejos de uma determinada comunidade.

A Escola Municipal Friedenreich colabora com a formação de milhares de estudantes, tendo-os como sujeitos escolares que ao mesmo tempo em que apreendem aquela determinada cultura, também contribuem com suas especificidades. Para Mogarro (2005, p. 92), a cultura escolar é

Constituída por um conjunto de teorias, saberes, ideias e princípios, normas, regras, rituais, rotinas, hábitos e práticas, a cultura escolar, na sua acepção mais lata, remete-nos também para as formas de fazer e de pensar, para os comportamentos, sedimentados ao longo do tempo e que se apresentam como tradições, regularidades e regras, mais subentendidas que expressas, as quais são partilhadas pelos actores educativos no seio das instituições. Os traços característicos da cultura escolar (continuidade, persistência, institucionalização e relativa autonomia) permitem-lhe gerar produtos, que lhe dão a configuração de uma cultura independente. Essa cultura constitui um substrato formado, ao longo do tempo, por camadas mais entrelaçadas que sobrepostas, que importa separar e analisar.

Segundo Yves Chevallard (1991), a escola possui a capacidade em produzir uma cultura específica, afirmando ainda que há tantas culturas escolares quanto instituições de ensino. É claro que não há uma rejeição dos conflitos sociais que estão em andamento na sociedade, mas o que será discutido é a especificidade de cada ambiente, sendo às necessidades da comunidade escolar a principal especificidade.

Corroborando com o pensamento de Chevallard, Mogarro (2005, p. 91), afirma que “no interior de estruturas complexas, como são as escolas, as pessoas estabelecem

relações de poder e de comunicação, transmitem e apreendem uma cultura e são, por sua vez, produtoras de cultura.” Assim, entende-se que estas produções singulares demandem uma análise arquivística própria, levando em consideração os saberes ímpares ligados à materialidade documental disponível sobre aquela instituição. Nesse caso da Escola Municipal Friedenreich, a articulação de documentos de diversos fundos torna-se necessária para compreender seu processo de construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se a educação como um dos elementos essenciais para as relações sociais, por isso considera-se que o ser humano somente é condicionado a tal se for educado. Saviani (2013), afirma que o homem não se forma naturalmente, ele é um resultado do processo educativo. Desta forma, a história age como um instrumento, não podendo ser negada.

Através da compreensão dos processos que colaboram para a constante formação da E. M. Friedenreich, através de sua trajetória histórico-temporal, é que o aluno poderá sentir-se como um elemento ativo em seu local. Nesse sentido, ele também compõe um ambiente dialético, onde a (re)criação dos saberes é constante e sua colaboração é fundamental.

Não se trata de repensar o passado em função do presente, mas de aproveitar do passado o suficiente para a manutenção do presente institucional. É uma memória que coexiste com o presente, que faz com que as ações passadas estejam se atualizando no presente. Há um certo passado coexistindo com o presente, como um hábito que se reproduz” (thiesen, 2013, p. 165).

Assim, verifica-se que a sustentação da identidade escolar se renova graças às práticas pedagógicas que se comunicam ao longo da história através de novas formas de saberes e fazeres que se materializam no cotidiano escolar, dentre eles o próprio Projeto Político Pedagógico (PPP).

Percebe-se o quanto as identidades dos sujeitos que circulam na escola estão marcadas pela resistência, que é fruto de uma construção histórica. “A memória é uma

construção social e não um reservatório de dados”, Thiesen (2013, p. 33). Isso fica evidente quando há uma troca entre os atores escolares, onde cada ser deixa sua contribuição, mas ao mesmo tempo adquire singularidades que ficarão marcadas para sempre em sua vida.

Portanto, somente as ações da comunidade escolar, representada pelos segmentos docente, funcionário, aluno e seus respectivos responsáveis, poderão garantir o fortalecimento da memória coletiva, conseqüentemente a não alienação dos seus sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Isabella Belzemiro; PARREIRAS, Deise de Azevedo. Nomes, lugares e saberes: buscando novos diálogos com a escola. In: PÉREZ, Carmen Lúcia; TAVARES, Maria Tereza Goudard; ARAÚJO, Mairce da Silva. **Memórias e patrimônios: experiências em formação de professores**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 141-148.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 10, p. 193-220, 2005.

CHEVALLARD, Yves. **La tranposición didáctica: Del saber sabio al saber enseñado**. Traduzida por Claudia Gilman. Editora Aique: Buenos Aires. 1991.

GOMES, Guilherme Santos. **A importância dos registros documentais para a (re)construção da identidade dos sujeitos da Escola Municipal Friedenreich**. 56 p. Monografia (graduação em Arquivologia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

GOMES, Priscila Ribeiro. **Tecendo fios nos espaços e tempos da escola na prisão**. 2013. 214p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250810>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 5, n° 10, p. 75-100, jul./dez. 2005.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, dez. 1993, n. 10.
- PESSOA, Marcia Rodrigues. **Arquivo, memória e empresa: preposta de criação do Centro de Memória do Sistema FIRJAN**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e 54 Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RIO DE JANEIRO (RJ). Decreto Municipal nº 37530, de 9 de agosto de 2013. **Determina o tombamento provisório do imóvel sito à Avenida Maracanã, 350, no bairro Maracanã, atualmente ocupado pela Escola Municipal Friedenreich**. Disponível em: <https://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/44787Dec%2037530_2013.pdf>. Acesso em 21 set. 2019.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- SOUZA, Mariana Jantsch. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções da memória e identidade. **Revista Graphos**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 91-115, 2014.
- THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.